

# **POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – OS PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO**

**INÊS MAGALHÃES**

---



**É PELA  
VIDA DAS  
MULHERES**



ATO UNIFICADO PELO 8 DE MARÇO - DIA INTERNACIONAL

**DA MULHER**

SEM MULHERES



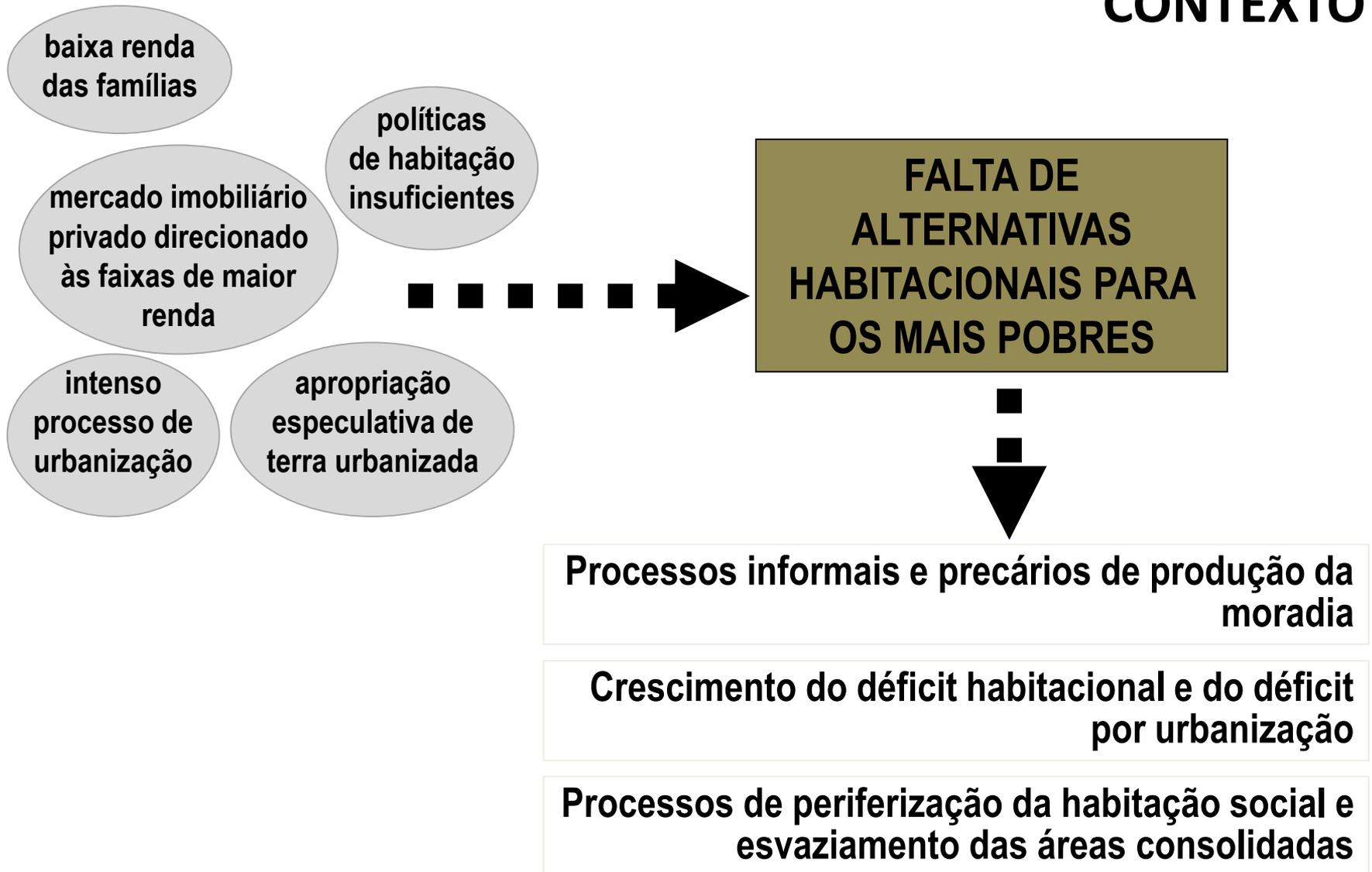




1. Política Nacional de Habitação
2. PAC Urbanização de Assentamentos Precários
3. Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV
4. Desafios
6. Aprimoramento do programa MCMV
7. Portaria Deslocamento involuntarios

# POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO

## CONTEXTO



# SUSTENTABILIDADE URBANA



Temos o desafio de produzir e requalificar milhões de moradias, quebrando paradigmas e construindo **idades**

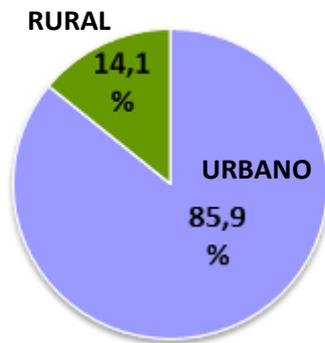
# POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO

## CONTEXTO

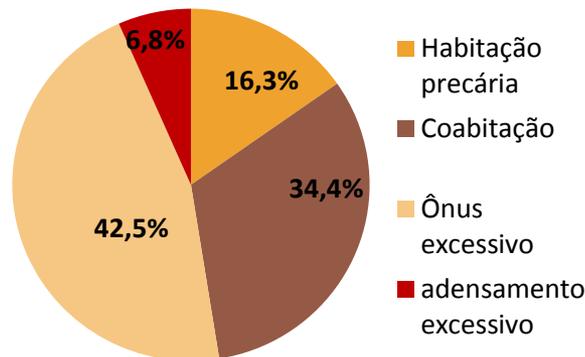
### DÉFICIT HABITACIONAL 2012

5,43 milhões de domicílios

#### Urbano X Rural



#### Componentes



### UM HISTÓRICO DE URBANIZAÇÃO ACELERADA ...

201,5 milhões de habitantes (PNAD/2013)

85,4% população urbana (PNAD/2013)

### GRAVES PROBLEMAS FUNDIÁRIOS ...

Falta de registro imobiliário em assentamentos irregulares, bairros e cidades: 18 milhões de domicílios urbanos irregulares

### E UM GRANDE PASSIVO A SER SUPERADO ...

Déficit habitacional: 5,43 milhões de domicílios, sendo 4,66 milhões em áreas urbanas;

Mais de 3 milhões de famílias vivendo em favelas

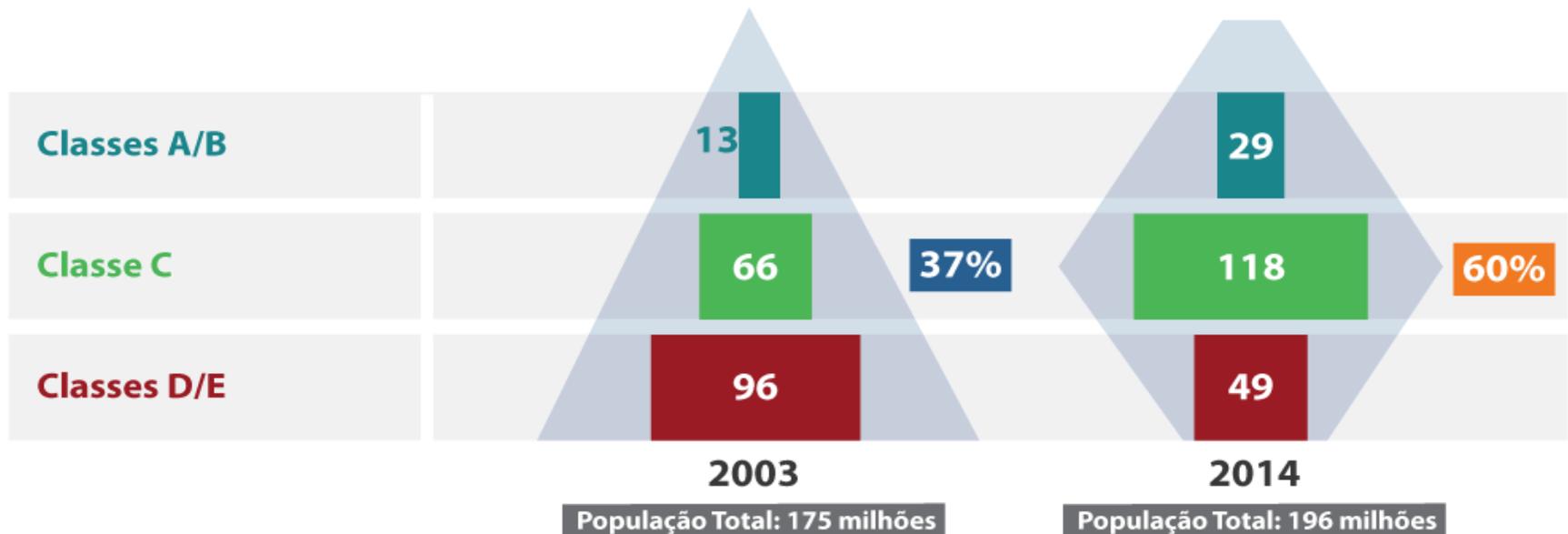
Demanda anual futura estimada em 1,5 milhão de habitações/ano até 2023

# POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO

## CONTEXTO

### ASCENÇÃO SOCIAL E AMPLIAÇÃO DO MERCADO INTERNO

Composição da classe de renda, em milhões de habitantes\*



Fonte: Ministério da Fazenda/Fundação Getúlio Vargas -FGV/IPEA

Referência: maio/2014

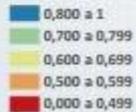
\* Projeção populacional IBGE para o ano de 2014

# ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL

IDH 2000

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal 2000  
- IPEA/FJP/PNUD

41% dos municípios  
com IDH **muito baixo**



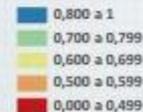
Fonte: Ipea/PNUD/FJP a partir das microdados do Censo Demográfico/IBGE de 2010



IDH 2010

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal 2010  
- IPEA/FJP/PNUD

Apenas 0,6%  
dos municípios com  
IDH **muito baixo**



Fonte: Ipea/PNUD/FJP a partir das microdados do Censo Demográfico/IBGE de 2010



# POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO

## ESTRATÉGIAS

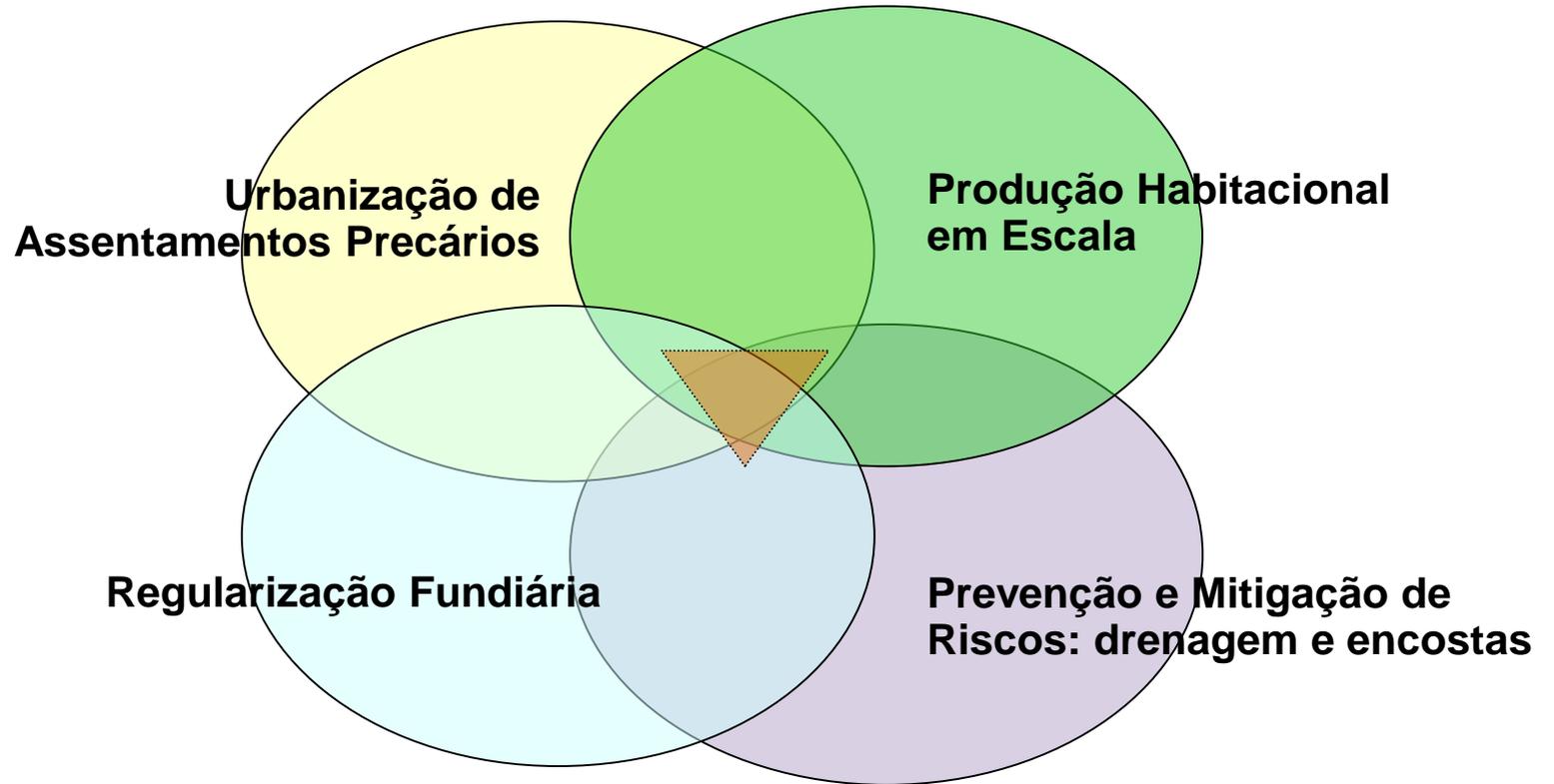
- Manter os níveis de investimentos em urbanização e regularização fundiária
- Garantir os patamares de investimentos e terra urbanizada para produção de unidades novas para os segmentos de baixa renda.
- Modernização e barateamento da produção da construção civil: atendimento às novas demandas de infraestrutura tecnológica, sustentabilidade e qualificação profissional na construção civil
- Novas alternativas habitacionais para a população em alta vulnerabilidade social

# AVANCOS DA POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO



# POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO

## INSTRUMENTOS



# POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO

## PROGRAMAS

equacionamento  
das necessidades  
habitacionais



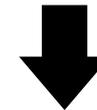
urbanização de  
assentamentos precários  
+  
produção habitacional  
em escala

### ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E INADEQUAÇÃO DE DOMICÍLIOS

- Carência de infraestrutura
- Inadequação fundiária
- Adensamento excessivo
- Inexistência de banheiro
- Cobertura inadequada

### DÉFICIT HABITACIONAL

- Habitações improvisadas ou rústicas
- Coabitação familiar involuntária
- Ônus excessivo com aluguel



PAC  
URBANIZAÇÃO

PROGRAMA MINHA  
CASA MINHA VIDA

# CONCEITO DAS INTERVENÇÕES

**INTEGRADA:** Incorporação dos assentamentos à cidade formal, com abordagem das questões urbana, habitacional, fundiária, social e ambiental

**INTEGRAL:** Configuração de poligonais onde serão executadas todas as obras e serviços necessários à elevação da condição de habitabilidade do assentamento



- Atendimento a todas as necessidades básicas diagnosticadas na área, especialmente em relação à eliminação de riscos e adoção de medidas de desadensamento com reordenamento da ocupação
- Atendimento a todos os residentes à época da elaboração de projeto
- Garantia de adoção de medidas efetivas para a estabilização da expansão da ocupação da área
- Adequação ou melhoria das relações funcionais da área de intervenção em relação ao tecido urbano em que se insere, especialmente do sistema viário, de forma a possibilitar acesso a serviços públicos e atendimentos emergenciais

# COMPONENTES DAS INTERVENÇÕES

## INTEGRAÇÃO URBANA

Implementação de:

- Infraestrutura básica
- contenção e estabilização de solo para eliminação de riscos
- construção de equipamentos públicos
- ajuste do parcelamento urbano e ruas

## HABITACIONAL

Visando a diminuição de densidade e reordenamento urbano:

- relocação (na mesma área) ou
- reassentamento (em outras áreas)

As outras moradias devem receber melhorias habitacionais como módulos sanitários e cobertura

## REG. FUNDIÁRIA

Componente obrigatório para assegurar segurança na posse

- Deve ocorrer durante a execução das obras
- Tanto para as famílias que receberão novas UH quanto para as que serão consolidadas

## AMBIENTAL

Visando prevenir novas ocupações em áreas de onde as famílias foram removidas, deve ser dado um uso adequado considerando:

- o perfil natural da área
- características urbanas e sociais da localização

## TRABALHO SOCIAL

Ações que promovam:

- autonomia
- liderança social
- desenvolvimento da população beneficiária para promover a sustentabilidade

# TRABALHO SOCIAL NOS PROGRAMAS DE HABITACAO

- **Compulsory in all federal Social Housing projects**
- **Carried out by Municipalities and State Governments.**
- **Before and after occupation**

**Regulated by the Ministry of Cities Ordinance Nº 21, Social Work Manual for Ministry programs and initiatives.**

**Set of strategies, processes and initiatives, based on integrated and participative territory diagnosis, covering social, economic, productive, cultural, environmental and institutional dimensions.**

**Promotes social participation, improvement of living conditions, effectiveness of dwellers social right and intervention sustainability.**

# **CONTENT**

**Mobilization, Organization and Social empowerment  
Inform and Mobilizes**

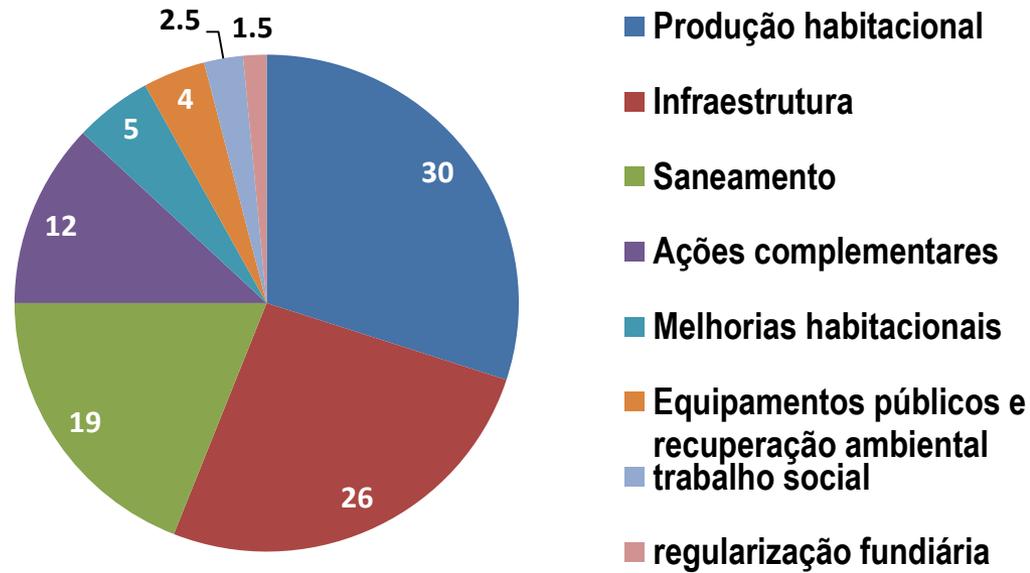
**Follow-up and social management of the intervention**

**Environmental and Tenure Education**

**Economic and Social Development**

# INVESTIMENTOS EM URBANIZAÇÃO

**% INVESTIMENTO POR COMPONENTES URBANIZAÇÃO**



- Consolidação no país do conceito de intervenção integral e integrada com modelo de atuação nesses territórios
- volume de investimentos permitiu atuar em grandes complexos
- Todas as cidades que concentram o problema foram abrangidas
- Houve uma qualificação dos equipamentos públicos financiados - escolas, creches, hospitais – promovendo acesso das famílias mais vulneráveis a serviços
- Atuação expressiva na mitigação de riscos e impactos ambientais
- Incorporação de sistemas viários e obras de mobilidade como eixo indutor de integração urbana
- Indução de avanços legais e operacionais para regularização fundiária – Lei 11.977/2009, especialmente a demarcação urbanística
- Urbanização como oportunidade de trabalhar famílias em vulnerabilidade, visando sua mobilização, organização, educação ambiental, inclusão produtiva...

# DESAFIOS PARA URBANIZACAO DAS FAVELAS

- Aprimorar o modelo de execução por meio:
  - da melhoria da qualidade dos projetos, evitando sucessivas reprogramações
  - da simplificação dos processos de acompanhamento da execução
- Estabelecer tipologias de intervenção para grandes complexos, periferias, áreas consolidadas degradadas...
- Pulverização dos recursos a serem alocados em todo o território nacional *versus* focalização nos grandes complexos
- Implementar programas complementares para alavancar melhorias habitacionais por meio de assistência técnica e autofinanciamento
- Integração com outras políticas públicas sociais – educação, saúde, assistência, trabalho, segurança...
- Como manejar os territorios conflagrados
- Intervenções com foco no saneamento *versus* resignificação da paisagem
- Padrões de serviços compatíveis com os da cidade formal

# PAC URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS



**SÃO PAULO/SP** – Complexo Billings Guarapiranga – Investimento R\$ 1,07 bilhão

# PAC URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS



**SÃO PAULO/SP** – Complexo Billings Guarapiranga – Investimento R\$ 1,07 bilhão

# URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS



**SÃO PAULO/SP** – Complexo Paraisópolis – Investimento R\$ 318,1 milhões

# PAC URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS



RIO DE JANEIRO/RJ – Complexo do Alemão – Investimento R\$ 938,9 milhões

# PAC URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS



# PAC URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS



**RIO DE JANEIRO/RJ – Complexo do Alemão – Investimento R\$ 938,9 milhões**



**SÃO LUIS/MA – Rio Anil**



**SÃO LUIS/MA – Rio Anil**

# PAC URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS



**RIO DE JANEIRO/RJ – Complexo da Rocinha**

# PAC URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS



RIO DE JANEIRO/RJ – Morro do Cantagalo Pavão Pavãozinho

RIO DE JANEIRO/RJ – Morro Chapéu Mangueira Babilônia



# PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

- Estimular a provisão de habitação de interesse social em larga escala e em **todo o território**;
- Aumentar o acesso à casa própria para as **famílias de baixa renda**;
- Estimular o crescimento econômico do país – gerar **emprego e renda** por meio do aumento de investimentos na construção civil;
- Promover **distribuição de renda e inclusão social**;
- Mobilizar o **mercado formal na produção de habitação para o segmento de baixa renda** - estimular o mercado para a criação de um produto mais aderente a demanda.

### PMCMV EMPRESAS

Renda mensal de até R\$ 1.800,00 / Prestação mensal equivalente a 5% -15 durante 10 anos

Empresas do setor da construção civil propõem o empreendimento. Se aprovado pelo Município e pela Instituição Financeira, é adquirido pelo Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e posteriormente alienado aos beneficiários, indicados pelos municípios / estados

### PMCMV MUNICÍPIOS ABAIXO DE 50 MIL HABITANTES

Renda mensal de até R\$ 1.800,00

Propostas de Estados e municípios são selecionados pelo MCidades e as Instituições Financeiras participam de Oferta Pública para operação do subsídio.  
Regimes de execução: autogestão, empreitada global, mutirão ou autoconstrução

### PMCMV ENTIDADES

Renda mensal de até R\$ 1.800,00

Organizadas em entidades sem fins lucrativos  
Prestação mensal equivalente a 5 % 15 da renda ou durante 10 anos

Entidades Organizadoras habilitadas pelo MCidades propõem o empreendimento. Se aprovado pelo Município e pela Instituição Financeira é financiado diretamente aos beneficiários pelo Fundo de Arrendamento Social (FDS).

### PMCMV RURAL

Agricultores familiares ou trabalhadores rurais organizados sob forma coletiva com renda bruta anual de até R\$

Subvenção Econômica por meio do repasse de recursos (G1 – renda até) ou Financiamento

Habitacional + Subvenção (G2 – renda entre R



### FINANCIAMENTO FGTS

Renda até R\$ 3600,00– Subsídio + financiamento  
Famílias de R\$ 3600,00– 65000,00 txas favoráveis  
Aquisição ou construção de unidades habitacionais diretamente no mercado, através da concessão de financiamentos  
Subvenção à pessoa física na contratação de Financiamento Habitacional para aquisição de imóvel pronto ou construção individual de imóvel e apoio a Pessoa Jurídica para produção de imóvel na planta

# 10 milhões de beneficiados

em 96% dos municípios brasileiros

**2,63 milhões** de moradias **entregues**

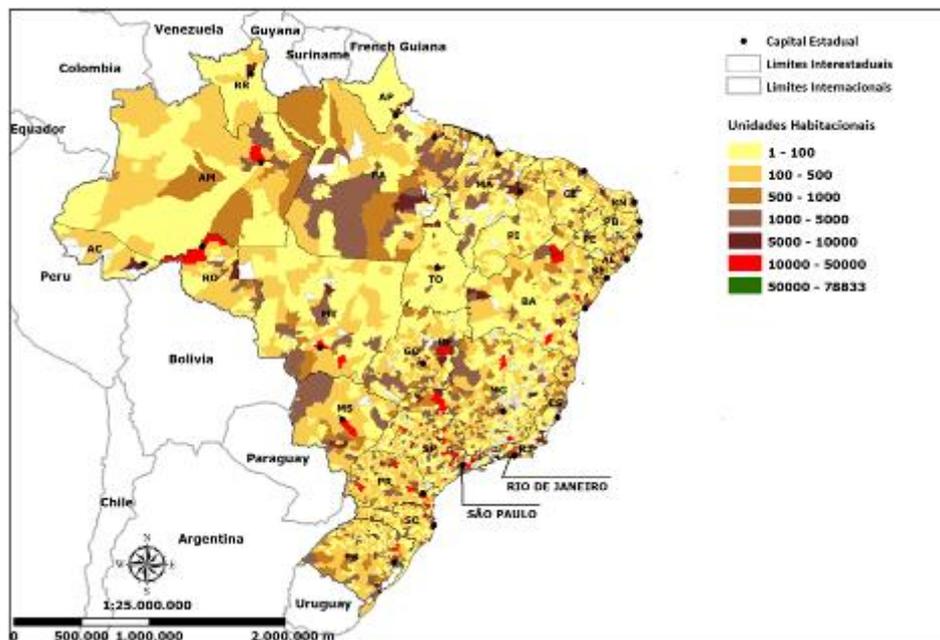
**1,59 milhão** de moradias **em obras**

**R\$ 294,5 bilhões** em investimentos

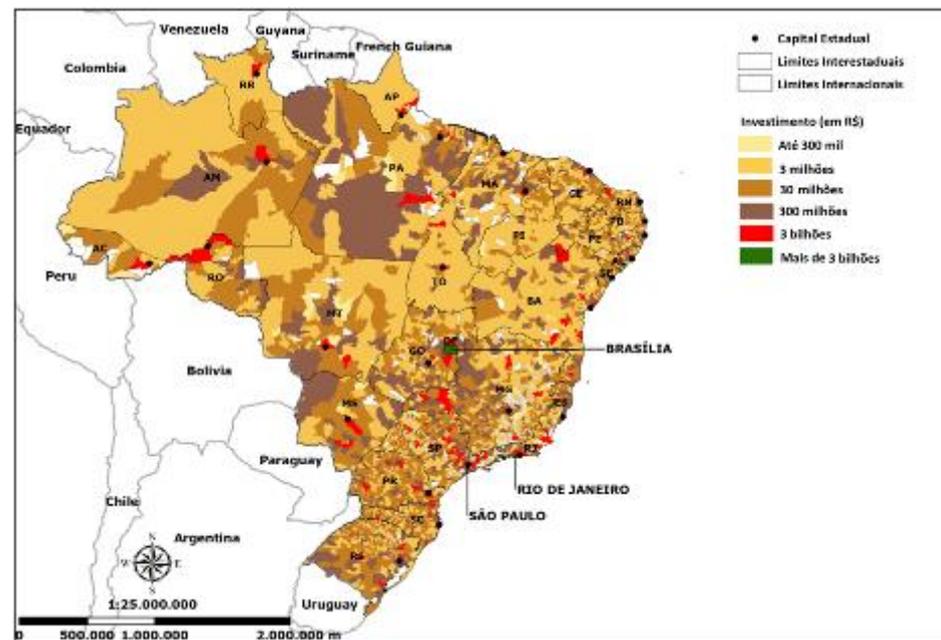
1,7 milhões para famílias do faixa 1

# CONTRATAÇÃO distribuída no TERRITÓRIO nacional

Unidades contratadas por município



Valor investido por município



**5.310 municípios atendidos**

## OS AVANÇOS ALCANÇADOS FORAM SIGNIFICATIVOS

**PORÉM, NO CONTEXTO BRASILEIRO, PROGRAMAS DE GRANDE ESCALA CENTRALIZADOS NA ESFERA FEDERAL, IMPÕEM ENORMES DESAFIOS**

ESCALA	X	CELERIDADE
COMPETÊNCIA MUNICIPAL PARA REGULAÇÃO DO USO DO SOLO E APROVAÇÃO DOS PROJETOS	X	EXIGÊNCIAS MÍNIMAS FEDERAIS
REGRA NACIONAL	X	DIVERSIDADE REGIONAL

## DESAFIOS

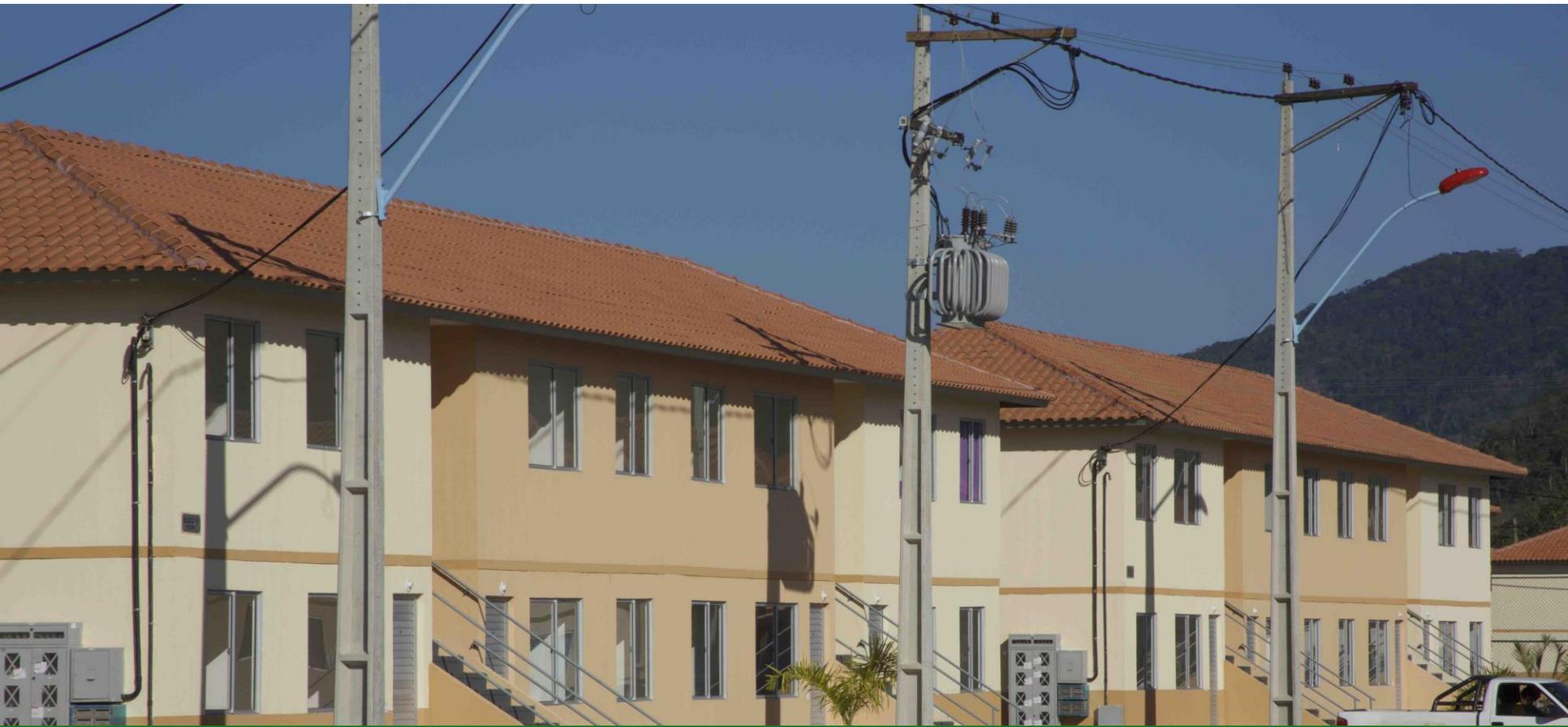
- Implantação dos empreendimentos condizente com a capacidade de **atendimento por infraestrutura e serviços urbanos**;
- Implantação dos empreendimentos articulada à uma estratégia de **geração de emprego e renda**;
- Melhoria da **qualidade arquitetônica e urbanística** dos empreendimentos – desenho urbano, conexão com o entorno, variação de tipologias, localização, desenho e tratamento de espaços públicos ou comunitários – externalidades positivas para o entorno;
- Aumento dos níveis de **participação dos governos locais** na regulação e controle fundiário e no processo de planejamento e aprovação dos empreendimentos;
- Maior **participação e empoderamento** das famílias;
- Aprimoramento de indicadores e mecanismos de **monitoramento e avaliação** dos programas habitacionais;
- Ampliação da agenda de **formação, pesquisa e extensão universitária** relacionada à Habitação de Interesse Social.

## DESAFIOS

- Avançar na viabilização de programas de Locação Social para os grupos mais vulneráveis
  - Incentivar um mercado de requalificação de edifícios e reabilitação de áreas urbanas sob a perspectiva da agenda da sustentabilidade urbana e social:
- Regulamentação das áreas comerciais;
- Possibilidades de adensamento e verticalização – manutenção e custeio do elevador;
- Flexibilidade e variação tipológica;
- Viabilização de projetos de requalificação em imóveis públicos;
- Qualificação e fortalecimento das Entidades não-governamentais organizadoras: assistência técnica, propriedade coletiva da terra, viabilização de terrenos, gestão coletiva da produção, problemas cartorários.



**MINHA CASA, MINHA VIDA 1- 2009/2010**



**MINHA CASA, MINHA VIDA 2- 2011/2014**

# MINHA CASA, MINHA VIDA 2 – 2011/2014

## Avanços Promovidos

Exigência de previsão de **equipamentos públicos** compatíveis com a demanda e **aporte de recursos** para essas edificações caso necessário

Criação de instrumentos para maior **participação dos entes locais** na implementação da infraestrutura e serviços

Regulamentação das ações de **gestão condominial** visando melhorar a sustentabilidade do empreendimento

Maior destinação de recursos e ampliação do escopo das atividades do **trabalho social**

Reserva de 3% das UH para atendimento aos **idosos**

Mínimo de 3% das unidades produzidas no município são adaptadas ao uso por **pessoas com deficiência**

Maior proteção às **mulheres chefe de família** com renda até R\$1.600,00 - os contratos podem ser firmados sem a outorga do cônjuge

# MINHA CASA, MINHA VIDA 2 – 2011/2014

## Resultados Alcançados

2,75 milhões de unidades contratadas

80% dos contratos firmados em nome das mulheres

Cerca de 950 mil unidades contratadas são adaptáveis ao uso por famílias com pessoa com deficiência

Mais de 4 milhões de empregos gerados - diretos e indiretos

Alto nível de satisfação do beneficiário - Nota de 8,8 na pesquisa de satisfação realizada em parceria com IPEA



**MINHA CASA, MINHA VIDA 3- 2015/2018**

# MINHA CASA, MINHA VIDA 3 – FAIXA 1

## Avanços MCMV 3

Aprimoramento da qualidade dos empreendimentos

Qualificação de propostas

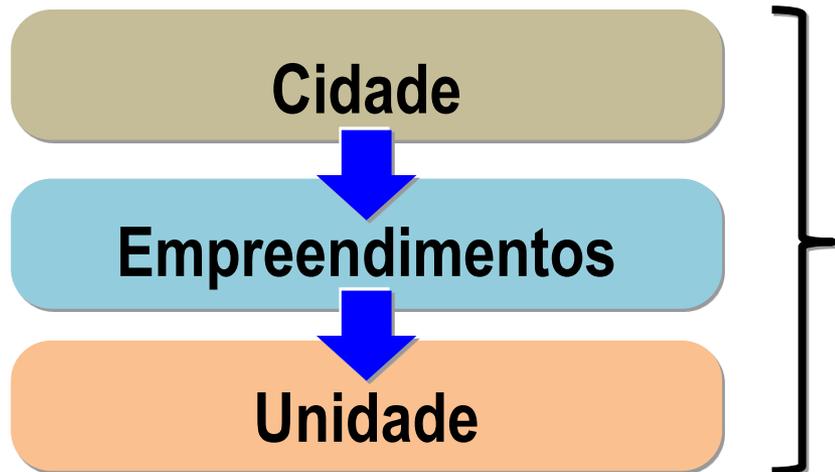
Criação de Sistema Nacional de Cadastro Habitacional

Criação de nova faixa de renda – faixa 1,5

# APRIMORAMENTO DA QUALIDADE DOS EMPREENDIMENTOS

## Instrumentos para melhoria da qualidade arquitetônica e urbanística dos empreendimentos

### ESCALAS DE ABORDAGEM



### PRODUTOS



# APRIMORAMENTO DA QUALIDADE DOS EMPREENDIMENTOS

## Qualificação Inserção Urbana

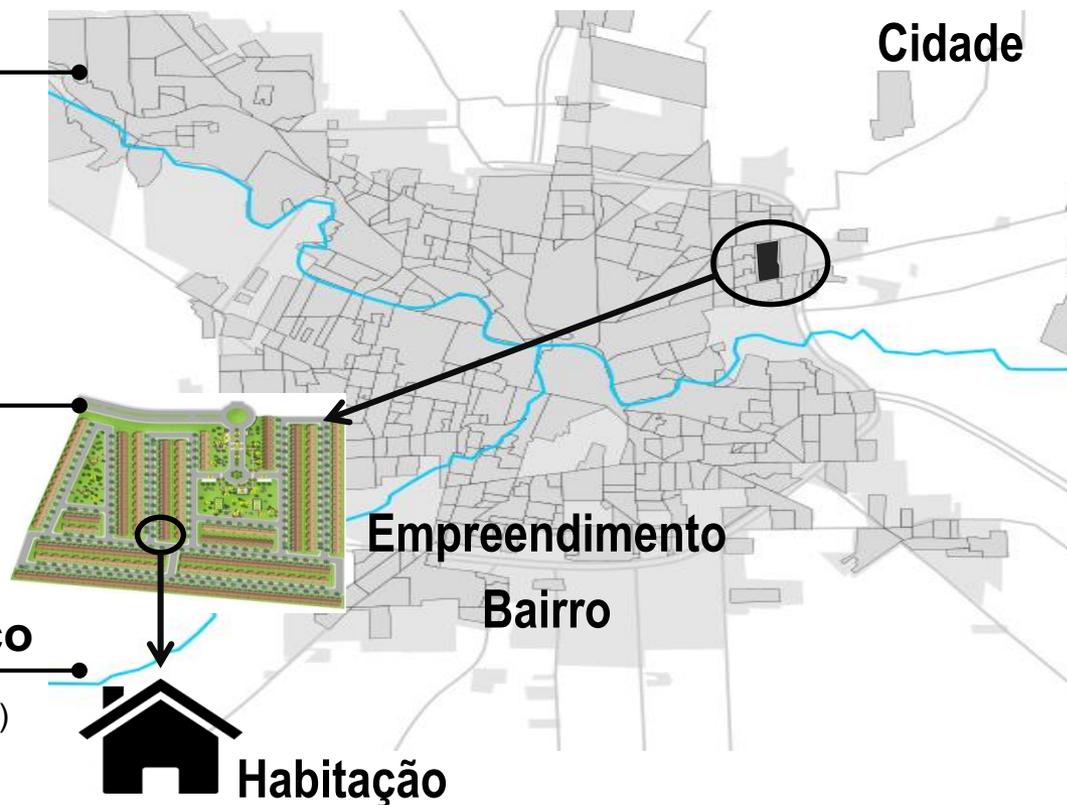
- 1 Orientação para a **qualificação da inserção urbana**
- 2 Mapeamento de áreas municipais aptas para empreendimentos PMCMV

## Qualificação Projeto Urbano

- 3 **Especificações Mínimas Urbanísticas.**
- 4 Caderno de **Diretrizes de Projeto Urbano**

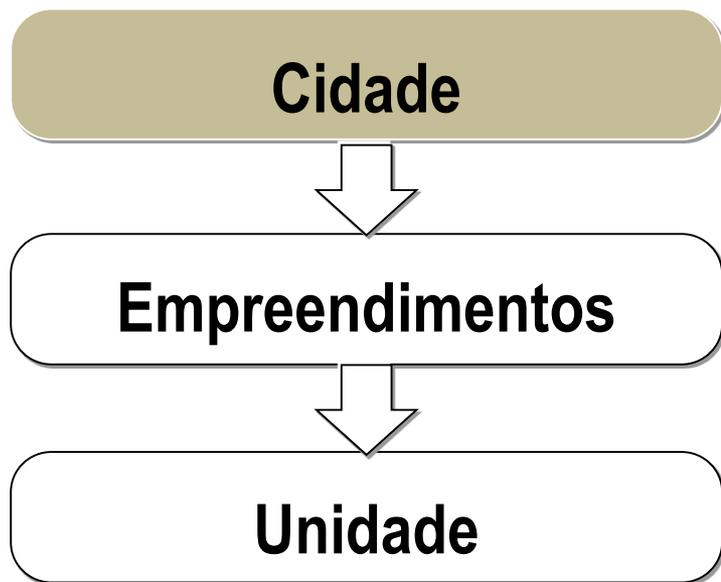
## Qualificação Projeto Arquitetônico

- 5 **Especificações Mínimas UH (aprimoramento)**
- 6 Manuais de apoio ao atendimento da **ABNT NBR 15.515/2013.**



# APRIMORAMENTO DA QUALIDADE DOS EMPREENDIMENTOS

## Instrumentos para melhoria da qualidade arquitetônica e urbanística dos empreendimentos



### PRODUTOS

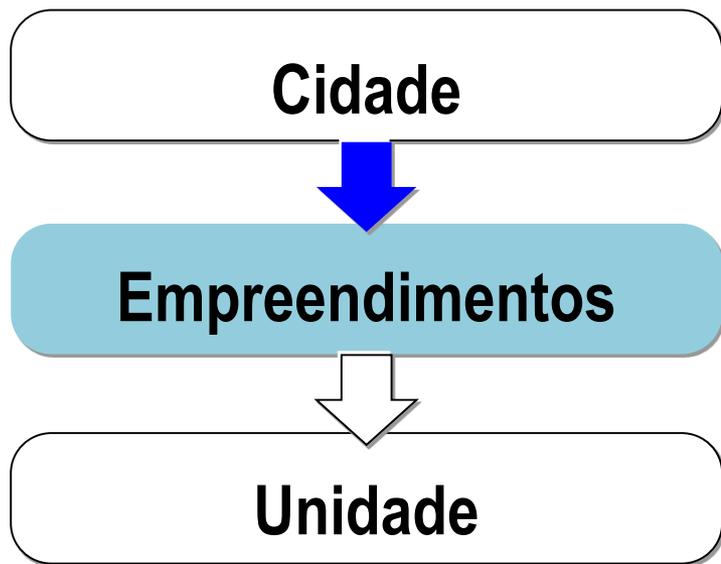
- 1** Caderno de orientações para a inserção urbana de empreendimentos
- 2** Mapeamento de áreas municipais aptas para empreendimentos PMCMV

**OBJETIVO:** qualificação da inserção urbana

**PUBLICO ALVO:** gestores locais, empresas projetistas e responsáveis pela aprovação dos projetos

# APRIMORAMENTO DA QUALIDADE DOS EMPREENDIMENTOS

## Instrumentos para melhoria da qualidade arquitetônica e urbanística dos empreendimentos



### PRODUTOS

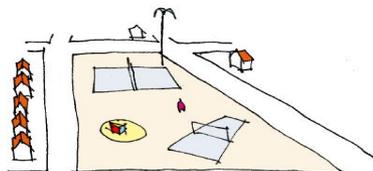
**3** Tabela de **Especificações Mínimas Urbanísticas**

**4** Caderno de **Diretrizes de Projeto Urbano**

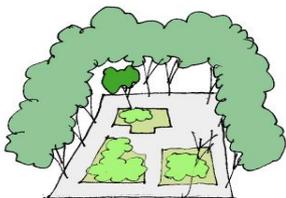
**OBJETIVO:** qualificação urbanística dos empreendimentos

**PUBLICO ALVO:** gestores locais, empresas projetistas e responsáveis pela aprovação dos projetos

# APRIMORAMENTO DA QUALIDADE DOS EMPREENDIMENTOS



Quadra com alguns equipamentos recreativos, esportivos e infantis não constitui uma praça.



VIA LOCAL



VIA COLETORA

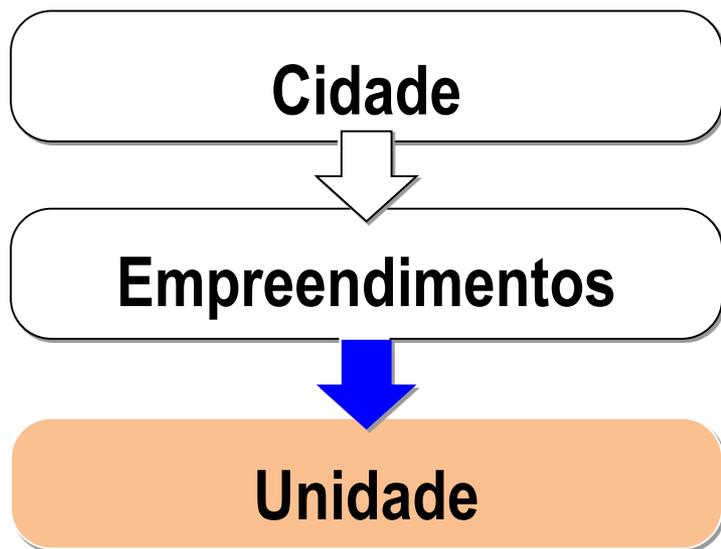


VIA ARTERIAL



# APRIMORAMENTO DA QUALIDADE DOS EMPREENDIMENTOS

## Instrumentos para melhoria da qualidade arquitetônica e urbanística dos empreendimentos



### PRODUTOS

**5** Novas Especificações Mínimas da Unidade Habitacional

**6** Manuais de apoio ao atendimento da ABNT NBR 15.575/2013

**OBJETIVO:** melhorar a qualidade arquitetônica das unidades habitacionais

**PUBLICO ALVO:** gestores locais, empresas projetistas e responsáveis pela aprovação dos projetos

---



## **APRIMORAMENTO DA SELEÇÃO DE BENEFICIÁRIOS E DA TRANSPARÊNCIA**

# Sistema Nacional de Cadastro Habitacional - SNCH

O SNCH foi criado com o objetivo de:

- **auxiliar os municípios** no processo de seleção dos beneficiários;
- garantir que os **parâmetros do programa** sejam cumpridos integralmente, dando mais **segurança à seleção**;
- maior **transparência** na indicação dos beneficiários contemplados pelo programa; e
- permitir o **acompanhamento e fiscalização** por parte da sociedade do processo de seleção

## Funcionamento do sistema

**Cadastro da demanda** com disponibilização da ferramenta aos municípios e integração com cadastros existentes

**Seleção de beneficiários** com aplicação de critérios locais e nacionais e realização de sorteio

**Registro de benefícios habitacionais** do MCMV e de outros programas estaduais e municipais



**Faixa 1,5**

## Faixa 1,5

### **Objetivo:**

A criação da faixa 1,5 visa atender uma faixa de renda intermediária da população com dificuldade de ser atendida pelo programa, pois:

- não se encaixam nos critérios de priorização da faixa 1- R\$ 1800,00
- não encontram imóveis produzidos para a faixa 2 ( R\$ 3600,00) em valores compatíveis com sua capacidade de financiamento

### **Instrumentos:**

- Ampliação dos subsídios para famílias que recebem até R\$ 2.350 mensais – até R\$ 45.000,00 com juros anuais de 5%
- Limita o valor dos imóveis em até R\$ 135.000,00
- Candidato ao benefício se cadastra pelo site do programa e será selecionado através do Sistema Nacional de Cadastro Habitacional

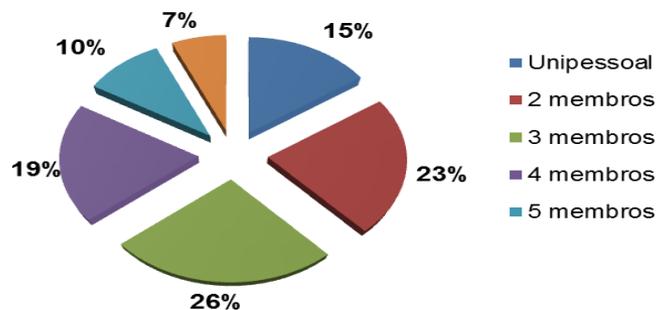


## PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS

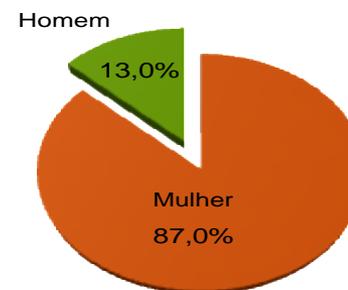
# PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS

## ATENDIMENTO FOCALIZADO

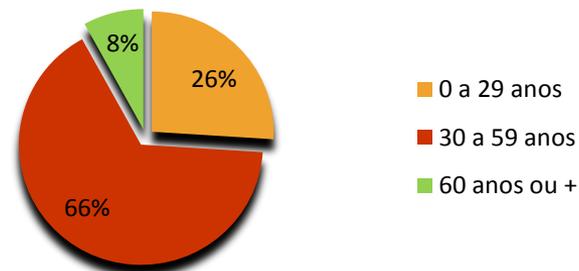
### Proporção de beneficiários por composição familiar



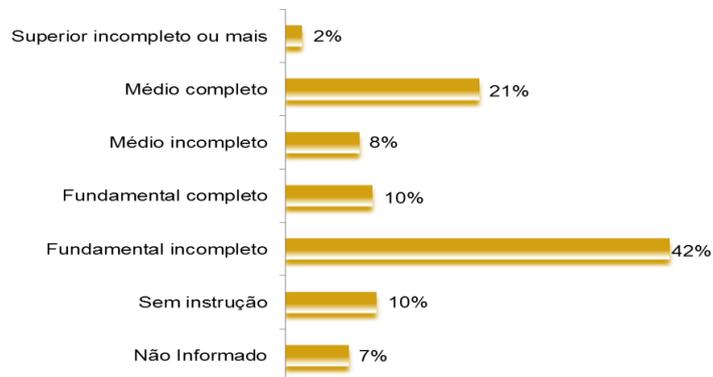
### Proporção de registros no PMCMV por gênero



### Distribuição por faixa etária



## ESCOLARIDADE







## VILA ESPERANÇA, VERDE E REAL

Petrolina - PE

1.396 UH





## **NOVO SÃO MIGUEL**

São Miguel dos Campos - AL

499 UH



## RESIDENCIAL JAIME NORBERTO DA SILVA

Aracaju – SE

369 UH

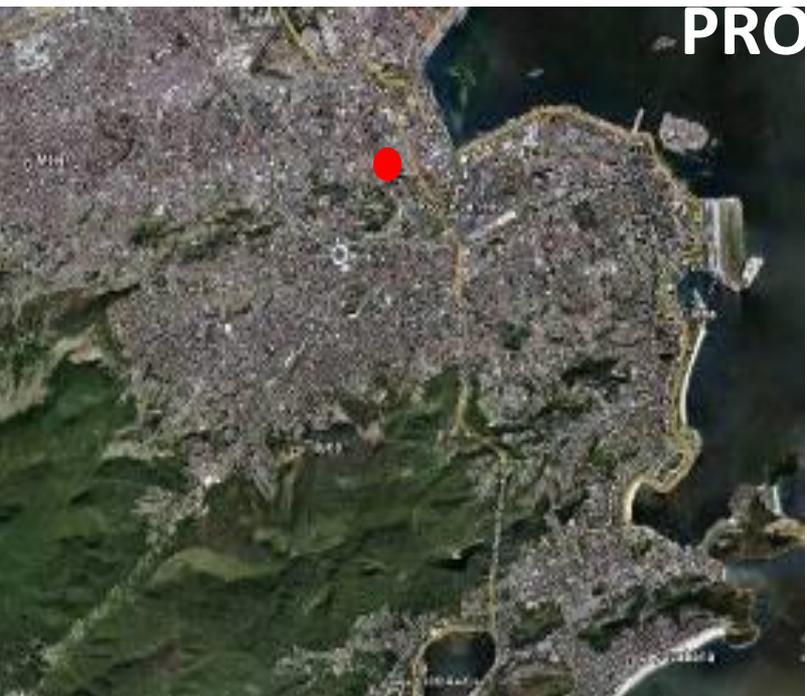


# RESIDENCIAL SERVIDOR

Anápolis - GO

352 UH





## BAIRRO CARIOCA

Rio de Janeiro - RJ

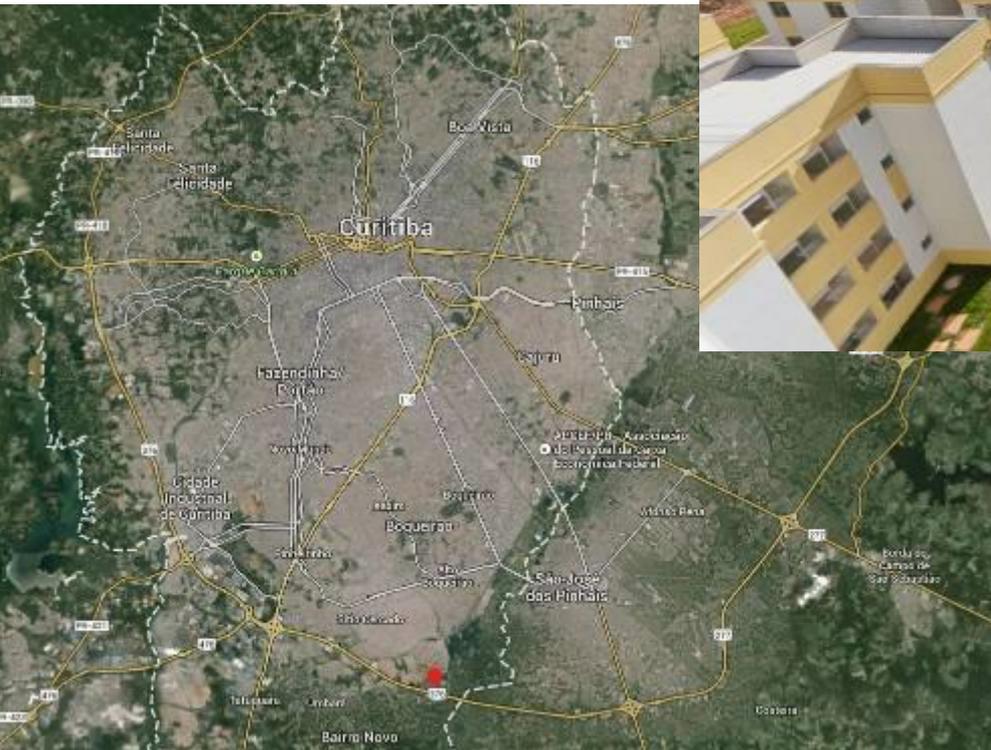
2.240 UH



# RESIDENCIAL PARQUE IGUAÇU

Curitiba – PR

1.411 UH



# RESIDENCIAL PORTO REAL

Araçatuba – SP

624 UH





**SÃO PAULO/SP** – Complexo Billings Guarapiranga

# APRIMORAMENTO DA QUALIDADE DOS EMPREENDIMENTOS



**NOVO SÃO MIGUEL**

São Miguel dos Campos - AL

499 UH

# RESIDENCIAL SERVIDOR

Anápolis - GO

352 UH





**RIO DE JANEIRO/RJ – Complexo do Alemão**



SÃO LUIS/MA – Rio Anil



**FEIRA DE SANTANA/BA – Residencial Conceição Ville**



FEIRA DE SANTANA/BA – Residencial Conceição Ville



**JUAZEIRO/BA – Residencial São Francisco**

**FEIRA DE SANTANA/BA – Vida Nova Aviário**



## RESIDENCIAL JAIME NORBERTO DA SILVA

Aracaju – SE

369 UH





# **Deslocamento Involuntário de Famílias**

**Portaria nº 317, de julho de 2013**

## **OBJETIVOS DO MARCO REGULATÓRIO**

- **estabelecer linha comum de atuação para Programas do MCidades**
- **formular garantias e procedimentos para a reparação dos danos causados a famílias que necessitam ser deslocadas**
- **restaurar ou melhorar as condições sociais, de vida e de renda das pessoas afetadas**

# PROCEDIMENTOS

- **estudo de alternativas**
  - **testar e orçar diferentes soluções, visando eliminar ou reduzir o número de pessoas afetadas**
- **elaboração de Plano de Reassentamento e Medidas Compensatórias**
  - **identificação do público elegível**
  - **definição das soluções de atendimento adequadas**
- **formalização de instância específica de participação e gestão compartilhada**
- **previsão de mecanismos de prevenção e mediação de conflitos**
- **realização de trabalho social com as famílias**
- **levantamento dos custos de reparação**
- **garantia de fonte recursos**

# SITUAÇÕES ENCONTRADAS

## Família afetada conforme caracterização da titularidade e uso:

### ➤ Proprietária de:

- imóvel residencial, comercial ou de uso misto (residencial/comercial)

### ➤ Posseira de:

- imóvel residencial, comercial ou de uso misto (residencial/comercial)
- mais de um imóvel residencial, comercial ou de uso misto (residencial/comercial)

### ➤ Locatária de:

- imóvel residencial, comercial ou de uso misto (residencial/comercial)

# SOLUÇÕES APLICÁVEIS

## **Soluções aplicáveis conforme caracterização de titularidade:**

- **Desapropriação do imóvel, conforme legislação vigente**
- **Reposição do imóvel atingido**
- **Indenização pelas benfeitorias**
- **Pagamento pecuniário no valor correspondente a, no mínimo, três meses de aluguel de imóvel em condições similares àquele locado**

# GARANTIAS

- **Pessoas em situação de vulnerabilidade social**
  - **Adoção de medidas necessárias para inclusão em políticas públicas e programas sociais**
- **Soluções transitórias**
  - **Deverão cumprir exigências mínimas de adequabilidade, salubridade e sustentabilidade de uso durante o período de ocupação**
- **Facultado aos Estados, Distrito Federal ou Municípios incorporar outras alternativas e soluções de atendimento, desde que garantido o acesso à moradia digna e às condições necessárias à restauração ou à melhoria das condições sociais, de vida e de renda das pessoas afetadas**